



PROCESSO DE EXPANSÃO MINERÁRIA NO NORTE DE MINAS GERAIS: RISCOS DE DEGRADAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Thais Souza Freitas, Rômulo Soares Barbosa

Introdução

O presente trabalho examina resultados preliminares da pesquisa intitulada Mineração no semi-árido mineiro e conflitos pelo acesso e uso da água, financiada pelo CNPq, com prazo de duração de dois anos, tendo sido iniciada em fevereiro de 2014. O objetivo desta pesquisa é analisar o processo em curso no Norte de Minas Gerais de exploração mineral e os conflitos decorrentes de projetos contraditórios de acesso e uso de água nos municípios da região de Grão Mogol. Região que vem sendo considerada como uma nova fronteira mineral, com a reativação da exploração de ouro no município de Riacho dos Machados e com o processo de licenciamento ambiental da extração de minério de ferro na microrregião de Salinas, especialmente nos municípios de Grão Mogol.

Material e métodos

A metodologia utilizada nessa pesquisa consiste em três etapas, a saber: 1) pesquisa bibliográfica, 2) pesquisa documental e 3) entrevistas em profundidade. Além disso, observação direta e análise da visão e perspectivas dos agentes sociais envolvidos na temática. Na primeira etapa são levantados, examinados e sistematizados a produção bibliográfica sobre a temática da exploração mineral e os conflitos dela decorrentes. Na segunda etapa, são analisados relatórios e planos, especialmente, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e o Plano de Desenvolvimento da Mineração no Norte de Minas. Além disso, publicações em jornais e revistas que expressam a percepção e a avaliação de diversos agentes sociais envolvidos na temática. Por fim, são realizadas entrevistas em profundidade com agentes sociais a serem definidos.

Resultados, discussão

Desde 2008 a mesorregião Norte de Minas Gerais passou a ser reconhecida como uma nova fronteira mineral. Isso devido a projetos de exploração mineraria em implementação na região. Dentre eles destaca-se o Projeto Vale do Rio Pardo, desenvolvido pela mineradora Sul Americana de Metais – SAM (Grupo Votorantim), em parceria com o grupo chinês Honbridge Holdings, principal investidor. A mesorregião do Alto Rio Pardo contém jazidas de ferro estimadas em mais de 20 bilhões de toneladas. Neste projeto o transporte do minério está previsto para ocorrer através de um mineroduto, com 482 km de extensão, de Grão Mogol, Norte de Minas Gerais a Ilhéus, na Bahia. A instalação do mineroduto demanda água, sendo assim, e a estimativa é de que a SAM precisará de cerca de 50 milhões de metros cúbicos de água por ano.

As jazidas em questão estão inseridas na região do semi-árido mineiro, no extremo Norte de Minas Gerais, que convive com períodos de estiagem e baixa disponibilidade hídrica. BARBOSA, 2014 [1]. Esse processo de expansão mineraria traz riscos ao abastecimento de água, visto que “as atividades extrativas produzem mudanças significativas nos territórios. Nas áreas rurais tendem a causar poluição atmosférica, contaminação hídrica, desmatamento e erosão.” (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 133) [2]. Resultando na desestruturação dos modos de vida das comunidades locais, que estão sob o território que é alvo da maioria dos impactos negativos gerados por essa atividade.

“O contexto em tela deixa evidente que danos sociais e ambientais são inerentes ao modelo extrativista brasileiro, posto que a atividade é exercida com vistas à maximização dos lucros e expansão incessante da mineração pra abastecer a sociedade capitalista-urbana-industrial e gerar riquezas e poder aos donos do capital. Da forma como está posto, este modelo cria e amplia as desigualdades sociais e desestrutura os grupos sociais localizados nas regiões próximas aos empreendimentos mineradores.” (FONSECA, 2014, p. 54) [3].

Deste modo, esse projeto minerário tem gerado discussões a respeito desse novo processo de modernização conservadora, principalmente no Brasil que desde a crise do capital tem incentivado projetos de exploração de recursos



naturais não renováveis, mas “para minerar, tem que desmatar, não há alternativa. Para retirar o minério da terra, tem que furar, explodir dinamite, desmontar rochas, escavar.” SEVÁ, 2011 [4]. O que houve foi uma intensificação dos projetos minerários no Brasil, e com relação às “questões sociais e ambientais, muitos são os impactos negativos gerados por essas atividades, especialmente no âmbito local”, estabelecendo conflitos principalmente pelo território e pela água. (MILANEZ e SANTOS, 2013, p. 120) [5].

Conclusões

O que se percebe é que esse processo de mineração é intensivo em extração de recursos naturais e degradação, e têm gerado condições precárias de vida para os moradores das áreas mineradoras, além da perda da biodiversidade. A maior preocupação dos moradores locais é com o consumo e contaminação da água, por se tratar de uma região do semi-árido, onde deveria ser proibida a implementação desses projetos, levando em conta ainda que em tempos de seca os empreendimentos continuam no mesmo ritmo nas mineradoras. Dessa maneira, fica claro que os projetos minerários no Brasil visam somente a acumulação de capital, uma vez que eles são marcados por situações de desigualdade, conflitos e injustiça ambiental.

Agradecimentos

Ao Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
À Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais – FAPEMIG

Referências

- [1] BARBOSA, R. S. **Mineração no semi-árido mineiro: tensões e conflitos pelo acesso e uso da água**. Revista Desenvolvimento Social, n. 11, v. 1, 2014, p. 43-50.
- [2] [5] MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo S. P. **Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 10, n. 19, Jan/Jun. 2013.
- [3] FONSECA, Graziano L. **Mineração no Norte de Minas Gerais e Geraizeiros ameaçados em função do Projeto Vale do Rio Pardo na microrregião de Grão Mogol – MG**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social – PPGDS) Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, Montes Claros – MG. 2014.
- [4] SEVÁ, Oswaldo. **Mina Grande, Conflitos Gerais**. Texto desenvolvido pela equipe do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais GESTA, do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais. Maio de 2011.